Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
09/09/25
Cidão da Telepar
Vereador - 2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 08/09/25
Protocolo

MOÇÃO Nº 79 DE 2025.

(Proponente: Vereador Policial Madril/PP)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel;

A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seus representantes legais, subscritores da presente proposição legislativa, nos termos que regem o art. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa, hipoteca, após liberação legislativa, Moção de Apelo à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que de o devido andamento ao Protocolo sob nº 17.697.595-4, com o objetivo de reivindicar a alteração da legislação relacionada a reserva remunerada dos Policiais Militares.

Dê-se ciência dessa Moção ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Senhor Alexandre Curi.

É a Moção, Sala das Sessões.
Cascavel, 5 de setembro de 2025.

P. Madril
Policial Madril
Vereador/PP

Exposição de Motivos.

Frisa-se que tramita junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Anteprojeto de lei protocolado sob o nº 17.697.595-4, cuja matéria possui elevado interesse público e relevância social.

Frisa-se que, os Policiais Militares da Reserva Remunerada, quando são excluídos por um motivo ou outro, estes contribuíram com a previdência, e quando são excluídos tem os vencimentos cortados. O protocolo sob nº 17.697.595 trata da mudança na lei, o Policial Militar quando estiver na reserva remunerada que contribuiu na previdência o tempo exigido, não perderá os vencimentos.

Importante destacar que, a demora na votação dessa matéria traz prejuízos aos militares, podendo comprometer benefícios essenciais e gerando insegurança jurídica. Assim, urge que a Assembleia Legislativa coloque em pauta o Projeto, de modo a permitir debate democrático e garantir que os interesses da categoria e da sociedade sejam preservados.

Portanto, a Câmara Municipal de Cascavel, manifesta por esta Moção seu apelo à Assembleia Legislativa para que o Protocolo sob nº 17.697.595-4, que trata da alteração legislativa da reserva remunerada dos policiais seja incluso com urgência na pauta de votações.

CONFERIDO